

Elaboração de produtos arquivísticos a partir da representação descritiva da informação

Elaboration of archival products from the descriptive representation of information

Josemar Elias da Silva Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5217-8447>

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

josemar.elias90@gmail.com

Jefferson Higino da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0406-280X>

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

jeffersonarquivista@gmail.com

Ana Cláudia Cruz Córdula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

anacordula@gmail.com

RESUMO: Traz considerações acerca da Arquivologia no contexto das organizações sob a perspectiva da elaboração de produtos informacionais a partir do processo de representação descritiva da informação. Ao compreender que a Arquivologia tem como objetivo nortear o gerenciamento da informação orgânica registrada (documento), seja qual for o suporte, os arquivistas lançarão mão da produção de instrumentos de pesquisa ou serviços que viabilizem o fluxo informacional, a consulta ao acervo, bem como, o uso das informações. Neste sentido, tais produtos arquivísticos derivam do processo de representação descritiva da informação, e dentre o leque de possíveis produtos situam-se os guias e inventários, instrumentos de pesquisas que objetivam a otimização do acesso à informação por parte de

usuários internos e externos à organização. Sendo assim, este artigo a partir de uma revisão bibliográfica apresenta como se dá a elaboração de produtos da informação arquivística a partir do processo de representação descritiva, especialmente com relação aos guias e inventários, instrumentos necessários para aprimoração dos processos de recuperação, acesso e uso a informação contida nos documentos de um arquivo, sendo uma questão necessária para as organizações, especialmente no que tange aos processos de tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Representação descritiva da informação. Produtos arquivísticos. Guia. Inventário. Documento de arquivo.

ABSTRACT: This article presents some considerations about archiving in the context of organizations from the perspective of the elaboration of information products from the process of descriptive representation of information. By understanding that Archivology aims to guide the management of registered organic information (document), whatever the support, archivists will use the production of research tools or services that enable the information flow, consultation of the collection, as well as, the use of information. In this sense, such archival products derive from the process of descriptive representation of information, and among the range of possible products are the guides and inventories, research instruments that aim at the optimization of access to information by users internal and external to the organization. Thus, this article based on a bibliographical review presents how the elaboration of archival information products is done from the descriptive representation process, especially with regard to guides and inventories, necessary tools to improve the processes of retrieval, access and use the information contained in the documents of a file, being a necessary question for the organizations, especially with regard to the processes of decision making.

KEYWORDS: Descriptive representation of information. Archival products. Guide. Inventory. File document.

1 Introdução

A informação é um instrumento importante para o desenvolvimento de um indivíduo, grupo ou sociedade, instituições e os diversos setores sociais. É fato que a informação ganhou espaço, configurando uma das bases da sociedade atual, isso devido ao protagonismo assumido pela mesma no contexto social logo após a primeira Revolução Industrial no séc. XVI, com a atuação dos jornais que começaram a promover a disseminação de informações científicas.

Ressalta-se que para sua existência, a informação necessita de algumas con-

dições básicas, sejam elas: ambiente social (contexto social que viabiliza a comunicação), agentes (emissor e receptor) e canais (Formas e meios através dos quais a informação circula) (FREIRE; FREIRE, 2010).

Na atual sociedade, marcada pelo excessivo uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC'S), a informação toma o posto de instrumento importante tanto na perspectiva estratégica, como para impulsionar as relações sociais, culturais e profissionais, além de atuar na celeridade do acesso ao conhecimento.

Algumas áreas do conhecimento se debruçam sobre o estudo da informação, como é o caso da Ciência da Informação que investiga as propriedades e o comportamento informacional (BORKO, 1968), organizando, classificando os fluxos informacionais e a transferência para os variados meios, com a perspectiva fundamentada na recuperação da informação.

Nesse contexto, também se insere a Arquivologia que tem como objetivo nortear o gerenciamento da informação orgânica registrada (documento), independentemente do suporte a qual esteja materializada, utilizando instrumentos que visam gerenciar o fluxo informacional de uma instituição ou pessoa, através de práticas voltadas para preservação e acesso às informações contidas nos documentos. Entretanto, para garantia de subsídios para o acesso são necessários procedimentos de análise, classificação, ordenação e estabelecimento de sentidos através de representações informacionais que façam conexões com as necessidades dos usuários do arquivo, aqueles que procuram o objeto representado.

A organização e representação da informação contida nos documentos assumem um papel importante para uma instituição. A organização e representação estão ligadas a um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizados por meio da descrição física e da descrição de conteúdos (assuntos) de seus objetos informacionais (CAFÉ; SALES, 2010).

Essas descrições se constituem em um enunciado de propriedades de um objeto informacional ou das relações desse objeto com outros que o identificam. O produto desse processo é a representação da informação, entendida como um

conjunto de elementos descritivos que apresentam os atributos de um objeto informacional específico (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

A representação da informação pressupõe a utilização de uma linguagem específica para assegurar a comunicação entre os documentos e os usuários de um sistema de informação (FERREIRA; ALBUQUERQUE, 2012). Nesse sentido, é realizada com o objetivo de facilitar o processo de recuperação e, conseqüentemente, o uso da informação. Todavia, “o acesso à informação depende da linguagem adotada” (KOBASHI, 2007, p. 2). Para haver comunicação entre o usuário e os sistemas de informação, é importante observarmos o porquê, para quê e para quem essas informações estão sendo representadas.

Na história da humanidade podemos encontrar várias formas de representação através da escrita: expressões, ações e elementos inseridos na realidade de cada indivíduo; símbolos gráficos, pinturas, entre outras configurações. No contexto dos arquivos suas práticas estão voltadas para o acesso às informações, sendo necessário que haja uma preocupação por parte do profissional em como alcançar este acesso, de maneira rápida e eficaz.

Nessa busca, o arquivista se debruça às atividades de organização e representação da informação de todo o acervo, ou em parte dele, com vistas a garantir o acesso às informações, elaborando nesse processo, instrumentos que facilitam o acesso e conseqüentemente o uso das informações imersas na documentação.

Atualmente, nos deparamos com um cenário mercadológico cada vez mais competitivo e acirrado. As tecnologias da informação sobrepostas nas atividades organizacionais fazem com que muitos profissionais e instituições busquem estratégias eficientes e inovadoras para conseguir acompanhar a evolução da tecnologia. Por conseguinte, a realidade das unidades de informação não é diferente, necessitando também buscar inovações para alcançar com sucesso o acesso, uso e recuperação da informação, estando a elaboração de produtos e serviços da informação voltados a esta finalidade.

Nessa perspectiva, este artigo de natureza qualitativa pautado em uma revisão

bibliográfica como método de coleta de dados analisou como a representação descritiva da informação na Arquivologia viabiliza a elaboração de produtos e serviços nos arquivos das instituições, potencializando os processos de recuperação, acesso e uso a informação contida nos documentos. Esse processo dar-se através da criação de instrumentos de pesquisa, compreendendo a relação desses instrumentos de pesquisa como produtos e serviços de informações arquivísticas, frutos da atividade de representação descritiva. Nesse percurso, foi realizada revisão bibliográfica de natureza qualitativa, propondo diálogos entre autores da área e discorrendo acerca dos instrumentos, todavia conferindo destaque a dois deles: os guias e os inventários.

2 Representação descritiva da informação em documentos arquivísticos

A representação da informação constitui-se uma atividade essencial para a prática arquivística, pois sua aplicação possibilita a recuperação dos documentos, independente do suporte, seja físico ou digital. Sobre essa perspectiva, Maymone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28) afirmam que:

É possível declarar então que, no ambiente de representação da informação, as Ciências Documentais cumprem papel fundamental no trato de informações, já que lidam com a essência que originará o conhecimento. Este quadro conceitual situa a representação da informação como atividade propulsora de novos cenários intelectuais, pois permite reproduzir o conteúdo dos documentos visando sua recuperação e assimilação por parte dos usuários. Neste sentido é preciso ressaltar que as informações circulam entre “mundos” diversos e carecem do uso de linguagens compatíveis para interconectar estes universos, ou seja, é necessário estabelecer uma comunicação.

O processo de representação da informação torna-se mola propulsora para levar o usuário ao encontro da informação, que permeia o arquivo. Ao selecionar e construir sentidos através da linguagem dos documentos criamos estratégias e pontos de acesso, viabilizados através de ferramentas que norteiam o fazer da Arquivologia.

Vital e Brascher (2015, p.2) destacam que “a organização e representação da informação na Arquivologia [...] são desenvolvidas, especificamente, nos processos

de classificação e descrição”. De acordo com as autoras, a classificação relaciona-se à ordenação física e intelectual dos documentos, de forma hierarquizada, e a descrição arquivística diz respeito à organização e representação da informação que especifica a documentação, tendo como objetivo viabilizar mais facilmente a recuperação do documento através de instrumentos de pesquisa.

O processo de descrição arquivística é importante neste estudo, pois viabiliza a recuperação, acesso e uso da informação. De acordo com Rodrigues (2003), a descrição é uma das funções da Arquivologia que deveria ser desenvolvida em todas as fases de vida de um arquivo (corrente, intermediária e permanente). Todavia, muitas vezes é considerada apenas na fase permanente.

Em seu contexto histórico, o resquício mais antigo de descrição voltado aos aspectos dos documentos é um repertório de placas de argila, datado de 1500 a. C., encontrado em arquivos privados da cidade de Nuzi, na Assíria (DURANTI, 1993). Esses registros eram preservados para uso administrativo de seus criadores e a recuperação dos documentos era baseada em seu arranjo físico. O propósito da descrição não era de orientar o usuário em suas pesquisas, sobre este aspecto, Leão (2006) relata que provavelmente a razão de compilar repertórios, fosse a de subsidiar a administração além de possibilitar o transporte dos arquivos em razão dos deslocamentos súbitos, devido às guerras.

No século XVIII, com a Revolução Francesa ocorre a reunião da documentação oficial no Arquivo Nacional em Paris, é dado início a abertura dos arquivos aos cidadãos, sendo este um marco importante para a socialização da informação. No século seguinte, no ano de 1898, com a publicação do Manual dos Holandeses de Muller, Feith e Fruin, obra clássica publicada pela associação dos arquivistas holandeses, que se abrem caminhos para a construção de um espaço mais reflexivo sobre normas e técnicas arquivísticas. Fonseca (2005) considera essa obra, um marco inicial na Arquivologia moderna, agregando uma percepção normalizadora nas práticas realizadas nos arquivos.

Sobre esta perspectiva, Andrade e Silva (2008, p. 16) ressaltam que o manual

holandês “acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado e atribuído pelo agente descritor.” A partir da publicação dessa obra, inicia-se um processo de reflexão sobre a necessidade de realização de uma descrição através do conjunto documental mais geral até a descrição das unidades específicas, a descrição arquivística tornou-se tema de discussões teóricas e metodológicas no campo da Arquivologia (ANDRADE; SILVA, 2008).

A descrição de documentos era focada na estrutura física dos documentos, resquícios de uma prática envolta do historicismo. No início do século XX, a descrição arquivística se distanciou do objeto inicial de controle dos acervos pela instituição custodiadora, para ser uma facilitadora da recuperação dos documentos, permitindo o acesso a um crescente número de usuários (LEÃO, 2006). Dessa forma, a mediação entre o conteúdo informacional presente nos documentos arquivísticos pode ser vista através da elaboração dos instrumentos de pesquisa, que se configuram nas formas de guias, catálogos, inventários, repertórios e índices.

Sobre o cenário da representação da informação, Maymone; Silveira e Tálamo (2011), relatam que ela está dividida em duas: a representação descritiva e a representação temática. Sendo a primeira relacionada às características específicas dos documentos, permitindo a sua individualização. Já a representação temática se faz presente através da representação dos assuntos do documento, com objetivo de tornar mais fácil a sua recuperação. Todavia para fins de pontuação, é importante salientar que o processo de representação temática e descritiva deve ser realizado de forma concomitante, entretanto, para objetivo deste trabalho nos debruçaremos na esfera da representação descrita.

Existem algumas normas que reforçam a prática da representação em arquivos. Salienta-se a necessidade de realização em todas as fases percorridas pelo documento: corrente, intermediária e permanente, haja vista ser fundamental aos processos de recuperação da informação, bem como proporcionar aos utilizadores e responsáveis pelo acervo uma maior e melhor compreensão de sua dimensão quantitativa e qualitativa. A Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) aponta que:

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange

todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 1).

A representação descritiva da informação pode ser entendida como um processo e também como produto(s) dela derivado(s), buscando estabelecer uma correspondência entre o objeto a ser representado e o padrão de representação utilizado (YAKEL, 2003). Dado o processo descritivo e sua aplicabilidade é possível elaborar ferramentas que irão promover melhor acesso, uso e recuperação da informação. Tais ferramentas se consubstanciam em produtos de informação: Guias, Catálogos seletivos, Inventário, dentre outros que constituem o resultado de um processo de produção da transferência da informação.

3 Produtos e serviços de informação arquivística: revelando o potencial através dos instrumentos de pesquisa

Falar em produtos e serviços informacionais nos remete a um fio condutor de uma instituição ou organização, o qual potencializa resultados posicionando-a no mercado, haja vista que a produção da informação torna-se um insumo importante para o cotidiano da instituição. Desta forma, sabendo que a informação é um insumo importante para o funcionamento de qualquer instituição e que ela necessita de informação disponibilizada com rapidez e precisão, urge a necessidade da elaboração de produtos e serviços para viabilizar o acesso e uso cotidiano dessas informações.

Nesta perspectiva, Borges e Carvalho (1998, p. 76) ressaltam:

A cada dia torna-se mais claro o papel econômico da informação como insumo para o desenvolvimento de produtos, captação de recursos, conhecimento de mercado e sobrevivência de muitas empresas. A capacidade de uma empresa captar e absorver informação correta e de forma ágil determina suas possibilidades de inovar produtos, aumentar a lucratividade e atender ao cliente, sendo competitiva em um mercado altamente instável e ágil.

A produção de produtos e serviços atrelada à necessidade do cliente proporciona um diferencial mercadológico à organização, que canalizado de forma eficaz pode render inclusive lucros.

Na perspectiva das unidades de informação, a importância dos produtos e serviços se ancora tanto na viabilidade do acesso e uso das informações, como para divulgação da realidade do serviço de informação. Na ambiência das unidades de informação - arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação - a busca por desenvolver novas ferramentas informacionais tornam-se necessária, seja para auxiliar nos processos de tomada de decisão, seja para viabilizar a recuperação da informação, sendo a tecnologia um aliado nesse processo.

Amaral (2004) relata que as unidades de informação são organizações que produzem produtos e serviços de informação para a sociedade, diante dessa conjuntura entendemos que os produtos e serviços elaborados no contexto dos arquivos, são pautados em viabilizar o acesso às informações, sejam as informações que permeiam os documentos, sejam informações acerca da própria unidade informacional, e nesse percurso, os arquivos que se debruçam em elaborar produtos e serviços, conseguem obter um diferencial no cenário da organização.

Para as unidades de informação, é importante se debruçar sobre aspectos que viabilizem atender às necessidades informacionais do usuário, sendo os produtos e serviços um meio de alcance. Acerca desse panorama, Choo (1998) destaca que os produtos de informação devem ser elaborados, com intuito de agregar valor à informação que está sendo produzida, e conseqüentemente promovendo o seu acesso e uso. Os produtos e serviços de informação podem apresentar-se de diversas formas aos usuários, o que determina o tipo de produto informacional mais viável é a realidade informacional da instituição, seu porte, suas atividades, bem como a sua realidade financeira (ASSIS, 2006).

Sendo assim, empresas e organizações dos mais variados segmentos devem concatenar às exigências de mercado para uma melhor adaptação da realidade

organizacional aos objetivos pretendidos com a produção dos produtos e serviços. Todavia, vale ressaltar que quanto maior seja a unidade de informação, a exemplo os grandes arquivos, irá acarretar maior complexidade às atividades, requisitando assim um envolvimento do corpo de trabalho como um todo e uma gestão do conhecimento eficaz.

Menezes (2012) desperta para a importância dos profissionais da informação promover os produtos e serviços oferecidos pelos arquivos, viabilizando uma aproximação entre o arquivo e os usuários. A autora ainda destaca o potencial dos produtos informacionais atuarem em uma via de mão dupla, possibilitando tanto a ida do usuário ao arquivo, como a ida do arquivo ao usuário, isso é possível quando utilizamos a tecnologia da informação como aliada.

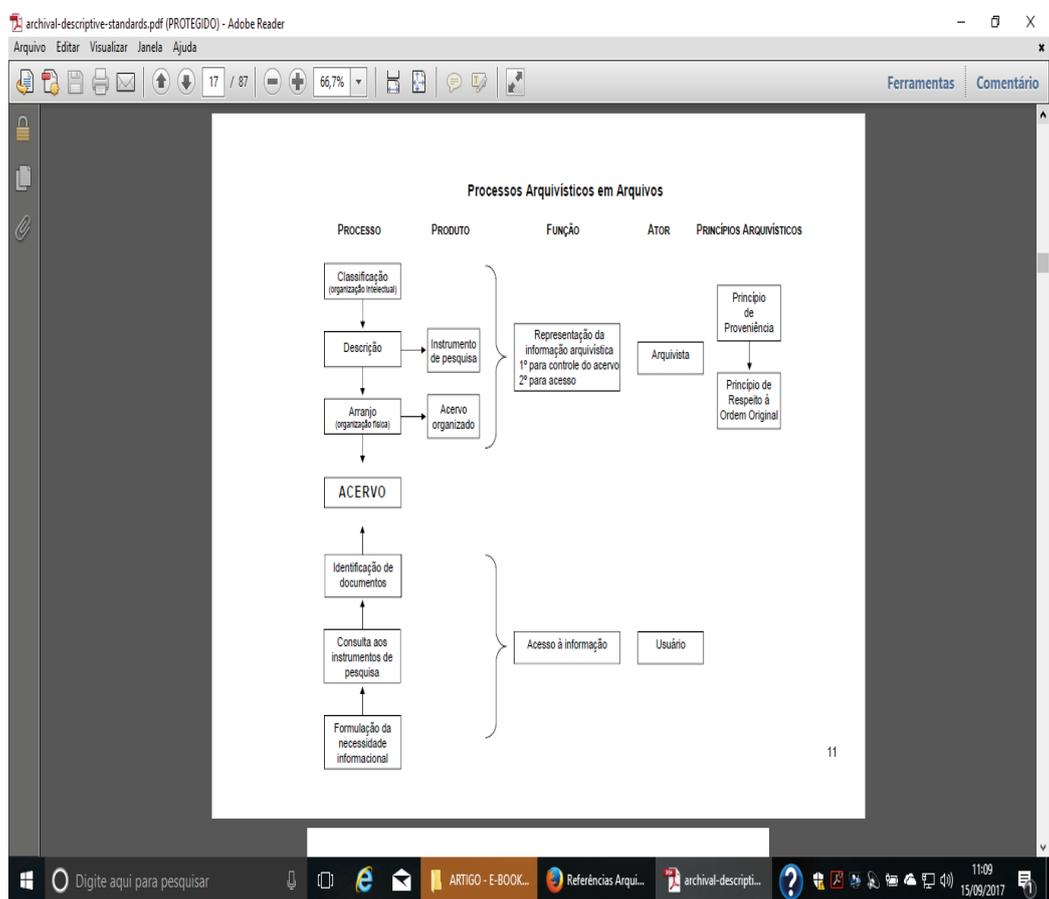
Sendo assim, as práticas realizadas nos arquivos a depender da finalidade podem projetar produtos e serviços de uma instituição, a falar, os instrumentos de pesquisas. Nessas ferramentas são estruturados elementos que apresentam um todo do arquivo, seja a partir de informações gerais, como o “guia” que explicita o funcionamento e horário de atendimento do acervo, quantidade de outros instrumentos existentes ou em um contexto mais específico, como o “catálogo”, trazendo informações mais detalhadas sobre a peça documental.

Partindo do pressuposto que o produto é resultado de uma dada produção ou técnica utilizada para chegar-se a um fim, e os serviços como anseios esperados pelos usuários que buscam a informação, podemos inferir que o trabalho conjunto dessas ações incita uma busca mais coesa por determinado grupo ou cliente de uma organização. Dentro do processo da aplicabilidade da representação descritiva da informação arquivística o profissional produz instrumentos que se configuram em produto, haja vista serem resultados de sua prática profissional nos arquivos e que vão culminar em uma melhor acessibilidade e recuperação da informação.

Conforme Quadro a seguir, proposto por Leão (2006, p. 11), visualizamos um *layout* dos processos arquivísticos no âmbito dos arquivos, e a ordem das práticas de representação para a construção dos produtos e serviços. Outrossim, tais pro-

cessos e produtos devem ser pensados sempre em consonância aos seus potenciais usuários, aliando teoria e prática para melhor organização do acervo, bem como o desenvolvimento de instrumentos dinâmicos e eficientes.

Figura 1 - Processos Arquivísticos em Arquivos.



Fonte: Leão (2006).

Rodrigues (2003, p.212) afirma que a “mediação entre as informações contidas nos documentos de arquivo e os usuários dá-se por meio dos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, repertórios, índices etc.)”. A autora relata que a produção desses instrumentos de pesquisa é realizada em detrimento de operações anteriores, destacando-se os processos de classificação e de descrição. A descrição arquivística é uma das funções que, em princípio, deveria ser desenvolvida em todas as fases da vida de um arquivo (corrente, intermediária e permanente), mas comumente é realizada apenas nos arquivos permanentes. (RODRIGUES, 2003).

Os instrumentos de pesquisa no âmbito arquivístico “são elaborados com a

finalidade de atender à pesquisa dos usuários internos e externos da instituição no acesso à informação do documento de arquivo, além disto, auxilia o próprio arquivista a localizar e controlar a entrada e saída de dados” (CÂNDIDO, 2014, p. 57).

Com relação aos produtos, consolidados através dos instrumentos descritivos, Oliveira (2012) esclarece a distinção entre a descrição arquivística, a partir das normas e a elaboração dos instrumentos de pesquisas, compreendidos como produtos, da aplicação das normas. Nesse sentido, a autora afirma que enquanto a aplicação das normas configura-se com a representação plena da função arquivística, a elaboração dos produtos dessa representação tem como função viabilizar o acesso às informações inerentes ao acervo, bem como divulgar o próprio acervo. Oliveira (2012) desperta para importância dos arquivistas compreenderem que o processo de representação e consequente acesso às informações têm como foco a produção do conhecimento sobre determinado acervo.

De acordo com Bellotto (2006), diante da aplicação das normas enquanto elaboração dos instrumentos de representação, os produtos do processo descritivo viabilizam a representação do acervo, ou parte deste, com vistas à divulgação do acervo, destacando-se entre tais instrumentos: guias, inventários e catálogos.

Os **guias** preferencialmente devem ser os primeiros produtos a serem produzidos em um arquivo, sendo importante que seja de fácil acesso. Voltado para o grande público, deve apresentar uma linguagem clara, pois ele é a porta de entrada de uma instituição arquivística, viabilizando um mapeamento panorâmico do acervo (LOPEZ, 2002; BELLOTO, 2006).

Os **inventários**, pela ordem hierárquica são os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia, em sua elaboração. Este produto informacional busca oferecer uma descrição sumária de um ou mais fundos ou coleções (LOPEZ, 2002; PAES, 2004; BELLOTO, 2006). “O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação” (LOPEZ, 2002, p.29). O autor destaca que ao contrário do guia, os inventários devem abordar conjuntos de documentos que apresentem

organização no contexto da classificação arquivística. “A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo” (LOPEZ, 2002, p. 29).

O **catálogo** dá continuidade à descrição da série iniciada pela elaboração do inventário, mas passa a se debruçar cada documento.

Diferente do inventário em que a descrição ocorria visando a um conjunto de documento de arquivo respeitando sua ordem, o catálogo se detém na descrição unitária, ou seja, de peça por peça de uma série ou mais, seguindo ou não sua ordenação, a descrição se torna exaustiva ao proporcionar caracteres/elementos intrínsecos ao conteúdo analisado para a recuperação da informação (CÂNDIDO, 2014, p.58-59).

O fundamental do catálogo é que ele se prenda à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Sendo importante compreendermos que só é possível organizar catálogos das séries que já estão organizadas e de preferência, já foram inventariadas (LOPEZ, 2002).

Bellotto (2006) compreende que o vínculo entre a necessidade do pesquisador e a solução do seu problema pode ser possível através dos instrumentos de pesquisa. Logo, a elaboração de instrumentos de pesquisa possibilita o acesso e a recuperação da informação na fase permanente, porém, estes podem ser utilizados em outras fases documentais.

A elaboração desses instrumentos de pesquisa deve ser entendida como “[...] uma das atividades essenciais de qualquer instituição detentora de acervos” (LOPEZ, 2002, p.40). Sendo importante que haja por parte dos profissionais arquivistas um planejamento adequado para elaboração dos instrumentos viáveis à realidade da instituição, devendo-se considerar, sobretudo, as prioridades e a realidade financeira e estrutural do arquivo. Compreendendo a importância desses instrumentos de pesquisa enquanto produtos da informação arquivística, bem como a importância especialmente dos guias e dos inventários.

3.1 Guias e inventários: produtos da informação arquivística

A elaboração de um instrumento de pesquisa em um acervo tem dupla função, a primeira volta-se para o auxílio ao pesquisador em agilizar o acesso à informação, e a segunda, pauta-se na conservação dos documentos, tendo em vista que o contato com os instrumentos determina se é necessária a busca do documento, minimizando o desgaste físico dos documentos (TAVARES, 2009).

Diante de sua importância para viabilizar o acesso e uso da informação orgânica, LOPEZ (2002, p. 36) afirma:

A escolha do instrumento de pesquisa a ser produzido deve ser feita em função do estabelecimento de uma política de descrição por parte da entidade. Essa política deve, em primeiro lugar, voltar-se para a efetivação do acesso a todos os arquivos de forma mais ou menos uniforme [...]. É importante lembrar que a importância (histórica, artística, cultural etc.) atribuída a determinados documentos é sempre embasada em critérios alheios às atividades do arquivo. Nesse sentido, a descrição sistemática de unidades documentais (por meio de catálogos) só deve se impor quando a totalidade do acervo já estiver devidamente descrita em inventários. Não obstante, muitas vezes o perfil dos acervos e do tipo de consulta dos quais são objeto demandam uma referência mais individualizada.

Para esses casos, uma boa política de descrição será capaz de estabelecer as prioridades. Os guias e inventários são instrumentos capazes de viabilizar o acesso às informações dos arquivos, nesse contexto entende-se que os demais instrumentos são responsáveis por descrições mais detalhadas de cada unidade documental e devem ser encarados como um refinamento da política de descrição da instituição (GONÇALVES, 2008).

Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos. Sendo compreendidos como obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo (LOPES, 2002).

Em geral, os instrumentos de pesquisa almejam a difusão, motivo pelo qual podem ser publicados em meios impressos ou eletrônicos. A edição eletrônica vem se tornando uma alternativa prática e de baixo custo em relação às edições convencionais. No entanto, a divulgação de instrumentos de pesquisa em suportes informáticos deve levar em conta o caráter efêmero desses suportes, a necessidade de equipamentos e softwares adequados. Diante da importância dos guias e inventários, enquanto primeiros produtos a serem elaborados no cenário dos arquivos; optamos por discutir mais profundamente esses dois instrumentos de pesquisa.

3.1.1 Guias

Os guias são instrumentos que descrevem os Arquivos, fundos e seções, podendo reportar aos documentos, à organização do arquivo, à instituição produtora e à origem dos documentos que compõe o acervo (TAVARES, 2009).

Lopez (2002) destaca que por se tratar do principal instrumento de divulgação, o guia pode ser elaborado a partir de várias formatações, indo desde uma elaboração simples impresso em papel A4, encadernado, contendo penas textos, até guias bem elaborados, com imagens coloridas, impressos em papel de alta qualidade, com encadernações luxuosas. O autor enfatiza que independente do formato, seja ele modesto ou luxuoso, é primordial que os guias apresentem as informações básicas, de forma clara e acessível.

Esse instrumento de pesquisa entendido como um produto de informação arquivística, proporciona orientação aos usuários do arquivo, no que tange ao conhecimento e utilização dos fundos presentes no acervo documental. “É o instrumento de pesquisa mais genérico, pois se propõe a informar sobre a totalidade dos fundos existentes no arquivo” (PAES, 2006, p. 127).

Para Leão (2006, p. 62) o guia é um instrumento essencial para toda a política de descrição, “[...] embora ele seja caracterizado como um instrumento de pesquisa de enfoque mais abrangente, tendo como finalidade a descrição dos recursos de um

determinado arquivo, de seus serviços, de seus fundos..., ao descrever os fundos certamente será preciso descrever o seu plano de classificação”.

Dessa forma observa-se que a produção deste referido instrumento de pesquisa deve estar em consonância aos instrumentos de gestão elaborados no processo de representação temática. No tocante a sua finalidade, o guia deve fornecer informações acerca do “histórico, a natureza, a estrutura, o período de tempo, a quantidade de cada fundo integrante do acervo” (PAES, 2006, p. 128).

Destaca-se ainda que o guia deve conter as seguintes informações: localização e telefones do arquivo, horário de funcionamento, indicação de estação de metrô e linhas de ônibus que servem à localidade, regulamento da sala de consulta, recursos técnicos oferecidos (cópias, xerox, microfilme e etc) e requisitos exigidos do pesquisador (PAES, 2006). Nesse último ponto a autora refere-se às condições necessárias para a pesquisa e o perfil exigido do usuário que irá consultá-lo.

Belloto (2006) relata que os principais consulentes do arquivo são historiadores e administradores, todavia além desta funcionalidade geral do guia de atender ao público interno como também ao externo, ele também tem o propósito de promover e divulgar “o arquivo junto aos meios escolares, administrativos e culturais em geral – os da comunidade, enfim – uma publicidade que pode redundar na transformação de alguns elementos dessa comunidade em integrantes do primeiro tipo de público – o dos historiadores” (BELLOTO, 2006, p. 192).

Devemos considerar que a informação que constam nos guias pode ser efêmera. “Assim, a elaboração de um guia não pode ser vista como uma atividade definitiva. É necessário programar-se para as atualizações deste instrumento já no momento da confecção do primeiro guia” (LOPEZ, 2002, p.24).

3.1.2 Inventários

O inventário trata-se do instrumento de pesquisa que visa descrever conjuntos documentais em sua totalidade ou parte do fundo, podendo ser elaborado

em meio físico ou virtual, impressos em qualquer tempo, de forma total ou parcial (BELLOTTO, 2006). Esse instrumento busca apresentar um quadro sumário de um ou mais fundos, tendo como objetivo descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite, além dos critérios de classificação e de ordenação (LOPEZ, 2002).

Paes (2006) relata que os inventários podem ser divididos em sumários e analíticos. Em relação ao primeiro, considerado do tipo arrolamento, a descrição das unidades de arquivamento de um fundo é feita de forma sucinta, “cuja organização deve refletir o arranjo adotado para a disposição do fundo, ou parte de, como uma série, por exemplo” (PAES, 2006, p. 131). Já o inventário analítico, caracteriza-se por descrever os fundos com maior profundidade, possibilitando, localizar e individualizar a documentação, fornecendo as suas características físicas e organização (TAVARES, 2009).

Lopez (2002) alerta que diferente do guia, para elaboração dos inventários é necessário que os conjuntos documentais apresentem algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística.

A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo. Uma boa descrição de cada fundo arquivístico permite que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse. O acesso a um documento individual e específico ocorrerá mediante o conhecimento dos critérios de classificação e de ordenação interna das séries (LOPEZ, 2002, p. 29).

Nesse contexto, a representação da descrição por meio inventário como instrumento de pesquisa possibilita conhecer o conteúdo do documento de arquivo e o acervo que o custódia. E por tratarem de conjuntos documentais classificados têm ao contrário do guia, uma vida útil mais longa. É importante que as informações sejam reavaliadas, no caso de fundo aberto, quando novas inclusões documentais forem feitas (CÂNDIDO, 2014; LOPEZ, 2002).

Em outra perspectiva temos os inventários analíticos, que se constituem em instrumentos de pesquisa com uma descrição mais pormenorizada das unidades de

arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões. Sua finalidade é “propiciar ao usuário um conhecimento individualizado das unidades de arquivamento, através da descrição minuciosa de seu conteúdo” (PAES, 2006, p. 134).

O fundamental no inventário é que não se faça uma seleção, não se ‘pulem’ os documentos, sendo a sequência dos verbetes, em geral, a mesma da ordem no arranjo. “O inventário pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas, ou mesmo, uma parte delas” (BELLOTO, 2006, p. 197).

Antes da elaboração do inventário deve vir uma introdução que contemple informações no que tange aos seguintes elementos agindo como um guia daquele acervo documental: modalidade de incorporação do fundo no acervo de arquivo; breve notícia histórica sobre a instituição, a pessoa, ou a família de onde se proveu o fundo; e a explicação acerca da forma de consulta do inventário (PAES, 2006).

Finalizando, é importante considerar que para tornar tanto os produtos como os serviços aptos para utilização, neste caso evidenciando os instrumentos de pesquisa, se faz necessário que o arquivo estabeleça uma política no tocante à organização do seu acervo, primando sempre por sua conservação, preservação, integridade padrão e lineares, assim como promovendo o seu amplo acesso aos usuários.

4 Considerações finais

No contexto atual, empresas, organizações e instituições devem buscar alternativas diferenciadas que contemple a grande gama de perfis de clientes e usuários, e nestes encontram-se necessidades e desejos. Os produtos e serviços em informações são extremamente necessários hoje em dia, haja vista a grande proeminência das tecnologias da informação e comunicação que afetam as formas de dinâmica social, bem como o trâmite e o registro de informações nas empresas e organizações. Tal conjuntura pode ser trazida para a ambiência dos arquivos, que deve buscar

a criação de produtos e serviços em informação para uma melhor amplitude de seus serviços, assim como demonstrar o potencial informacional presente naquela unidade de informação.

Os produtos e serviços em informação constituem-se como uma questão necessária para empresas e instituições que buscam galgar cada vez mais espaço no mercado, perpetuando-se neste espaço. Além disso, configuram-se em diferenciais mercadológicos que devem estar em atenção aos avanços do século XXI e possivelmente potencializaram os resultados e a visibilidade da organização.

O produto resulta de uma atividade de produção ou da aplicabilidade de uma técnica, sendo algo tangível, e que o serviço é a prestatividade de tal atividade sendo produzido e consumido ao mesmo tempo. Esse enquadramento é refletido na realidade do profissional arquivista que quando da sua prática em arquivos no tocante a planejamento, organização, sistematização, controle e descrição dos documentos e unidades de arquivamento, através da prática de representar a informação resta por produzir instrumentos pesquisa – considerados produtos - que vão influir positivamente nos processos de acesso, uso e recuperação da informação, tanto para os colaboradores internos - no caso do arquivista lhe proporciona um melhor domínio e conhecimento do seu acervo - como para os usuários que dali necessitarem fazer acesso e consultas aos documentos integrantes. E na prática da gestão proporciona auxílio nas tomadas de decisões.

Referências:

AMARAL, Sueli Angelica do. Marketing da informação na internet: ações de promoção. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

ANDRADE, R. S.; SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos Teóricos e Históricos da Descrição Arquivística e uma Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ASSIS, Wilson Martins de. Metodologia para construção de produtos de informação nas organizações. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. FGV Editora, 2006.

BORKO, H. Information science: what is it? American Documentation, v.19, n. 1, 1968.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif; CARVALHO, Natália Guiné de Mello. Produtos e serviços de informação para negócios no Brasil: características. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 76-81, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/10.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da informação ou Organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ENANCIB - USP, 2008.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para a elaboração de pontos de acesso. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; FAPESP, Marília, 2014.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 115-129. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of Archival Description. *Archivaria*, n. 35, p. 47-54, 1993.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. *Introdução à Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FERREIRA, Lucienne da Costa; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. A representação da informação para a organização do acervo em bibliotecas universitárias. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de.; NEVES, Dulce Amélia de Brito; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; MELO, Ana Virginia Chaves de; FRANÇA, Fabiana da Silva. (Orgs.) *Representação da Informação: um universo multifacetado*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 15-28p.

FISCHER, S. *História da Escrita*. São Paulo: Editora UESPE, 2007.

GONÇALVES, M. C. A indexação em catálogos on-line de bibliotecas universitárias na percepção de usuários integrantes de grupos de pesquisa: uma contribuição ao desenvolvimento de política de indexação na rede de bibliotecas da UNESP. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; FAPESP, Marília, 2008.

HORTINHA, Joaquim. *E-marketing: um guia para a nova economia*. Lisboa: Silabo, 2001. 238 p.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. *Datagrama zero – Revista de Ciência da Informação*, v.8, n. 6, dez. 2007.

LEÃO, Flávia Carneiro. A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G). 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 6).

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N.C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região

sul do Brasil. Ponto de Acesso, Salvador, v.6, n.3, p. 47-71, dez. 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164/4790>. Acesso em: 2 mar. 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PAES, M. L. Arquivo: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Orgs.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 210-230.

SILVA, Jefferson Higino da; MAIA, Manuela Eugênio. Análise das Produções Científicas Acerca da Representação da Informação no campo da Arquivologia. In: Eliete Correia dos Santos; Ediane Toscano Galdino de Carvalho; Alzira Karla Araújo da Silva (Orgs). Seminário de Saberes Arquivísticos - SESA: Intercâmbio Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2017.p.25-46.

TAVARES, Lúcia Fernanda Rodrigues. Relatório de Estágio. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. 2009. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/432/1/21367_ulfl071255_tm.pdf. Acesso em 27. dez. 2018.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. Archival Science, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Marisa. Representação de assunto em documento arquivístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v.16, 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.